



PGE·RJ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO



PREÇO DO PETRÓLEO

AUDIÊNCIA PÚBLICA nº02/2024

REVISÃO DOS EDITAIS E CONTRATOS

Gustavo do Amaral Martins

**Procurador-Chefe da Procuradoria de Petróleo,
Gás Natural e Outros Recursos Naturais – PG-18**

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2024

AGENDA

- Contratos de Blocos Exploratórios:
 - Declaração de Comercialidade
 - Deduções em Participações Especiais
- Propostas do Estado do Rio de Janeiro

CONTRATO DOS BLOCOS EXPLORATÓRIOS

- Documento que rege a relação com o concessionário.
- Seus termos devem:
 - Definir e delimitar as situações de forma a evitar controvérsias e disputas durante a vigência contratual.
 - Conferir segurança jurídica ao processo de exploração e produção.
- Pontos de melhoria:
 - Declaração de Comercialidade
 - Participações Especiais



FASES DO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

EXPLORAÇÃO

- Pesquisa geológico-geofísica
- Perfuração de poço
- Notificação e Avaliação da descoberta

DESENVOLVIMENTO

- Desenvolvimento, entrega e **Aprovação** do Plano de Desenvolvimento
- Entrega do Plano Anual de Produção, do Plano Anual de Trabalho e Orçamento e Boletim anual de Reservas

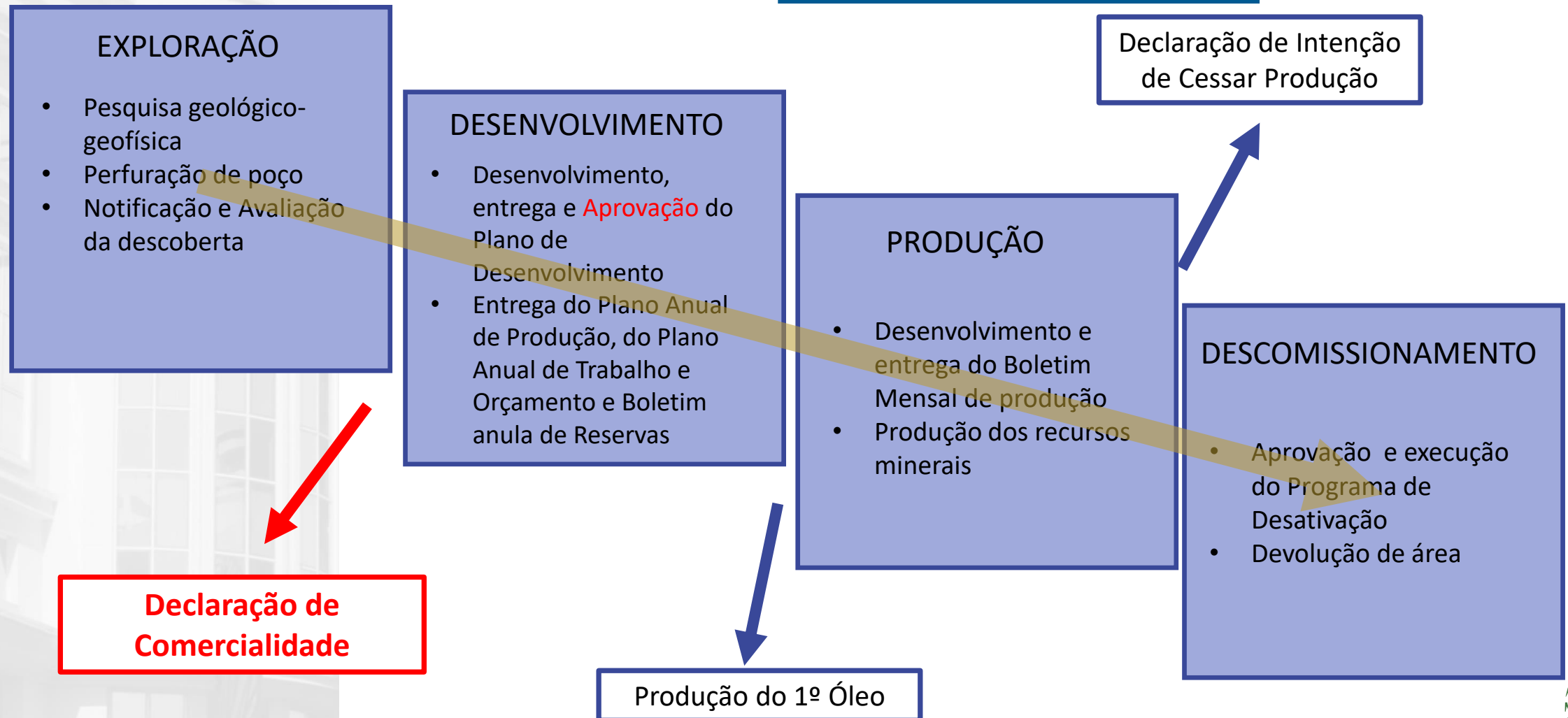
PRODUÇÃO

- Desenvolvimento e entrega do Boletim Mensal de produção
- Produção dos recursos minerais

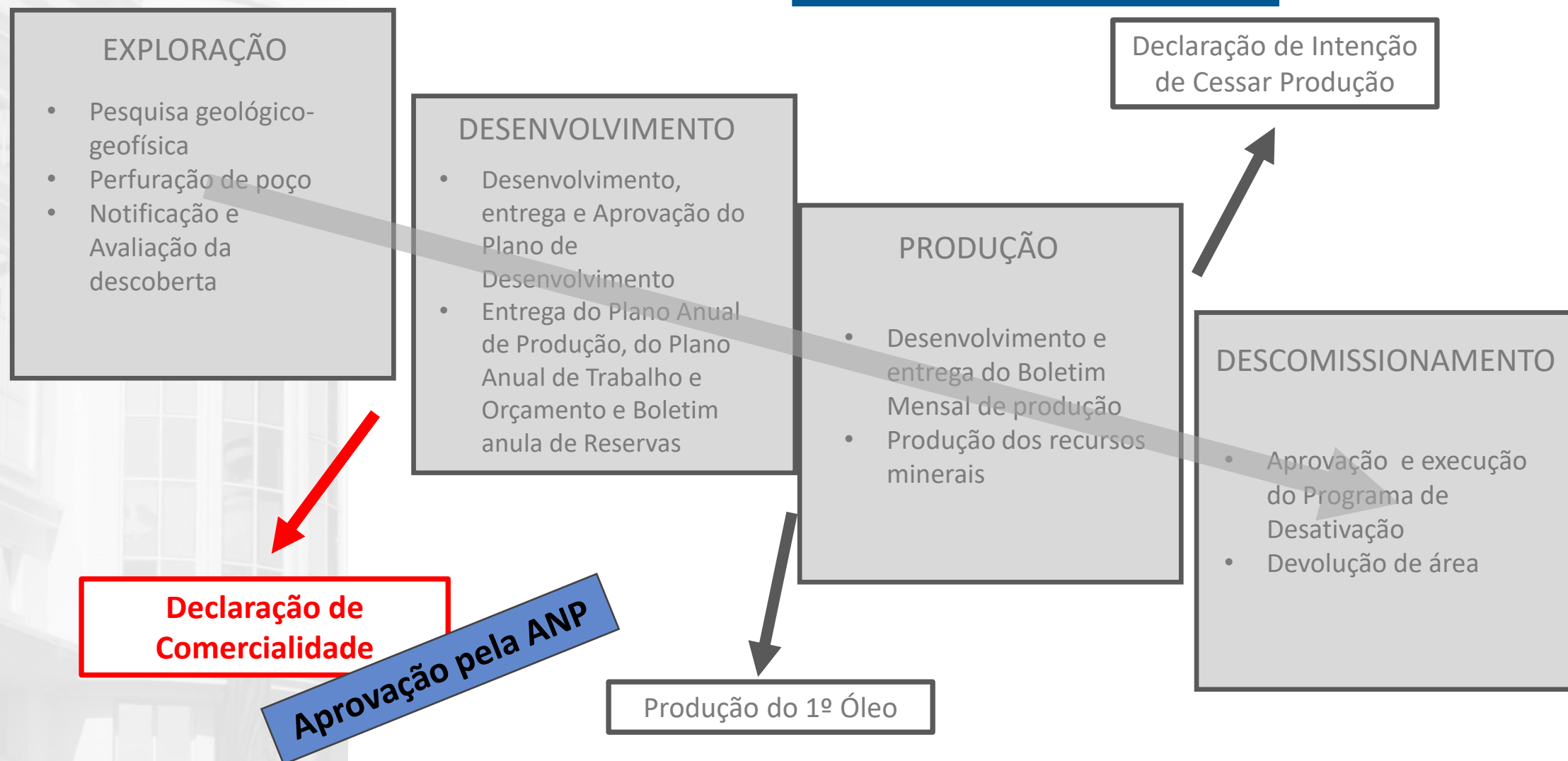
DESCOMISSIONAMENTO

- **Aprovação** e execução do Programa de Desativação
- Devolução de área

FASES DO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO



FASES DO PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO



DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE - DC

Regimento Interno ANP

Portaria 265/2020

- Não há menção expressa do responsável pela aprovação.
- Art. 110, IV, h – delega a Superintendência de Exploração e Produção (SEP) a competência para postergar a declaração.
- Art. 110, III, a – A SEP deve analisar o Plano de desenvolvimento e submeter a aprovação da Diretoria Colegiada.
- Art. 65, par. único - Diretoria Colegiada pode avocar, motivadamente, a decisão do caso concreto.



Está de acordo com Princípio da Decisão Colegiada (art. 7º da Lei n.º 13.848/2019)



DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE - DC

Regimento Interno ANP

Portaria 265/2020

- Não h respons
- Art. 1 Superin Produç para po
- Art. 11 o Plano de desenvolvimento e submeter a aprovação da Diretoria Colegiada.

A aprovação da DC não pode ter o condão de impedir que a ANP reveja a delimitação proposta a luz do Plano de Desenvolvimento, que deve ser apresentado em até 180 dias após aquela.

A proposta visa garantir tal ponto reforça a autonomia regulatória da Agência.

Está de acordo com Princípio da Decisão Colegiada (art. 7º da Lei n.º 13.848/2019)



PROPOSTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- **Inserção de dispositivo contratual que expresse, de forma clara e objetiva, que a Declaração de Comercialidade proposta pelo concessionário, ou grupo destes, não vincula a ANP à configuração de campo inicialmente apresentada ou estabelece legítima expectativa ao Concessionário em razão do que foi aprovado pela SEP.**

PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

Lei nº 9.478/97

Art. 50, § 1º, A *participação especial* será aplicada sobre a *receita bruta da produção*, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

Resolução ANP n.º 870/2022

Capítulo IV – especifica o que pode ser deduzido e indica, em seu § 1º, que os gastos oriundos das atividade de exploração e perfuração do poços podem ser:

(...) *acumulados* e integralmente amortizados na apuração da receita líquida da produção (RLP), *a partir da data de início da produção, em qualquer período-base*, a critério do concessionário.



PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

Lei nº 9.478/97

Art. 50, § 1º, A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os royalties, os investimentos na exploração e os gastos oriundos das atividades de exploração e perfuração dos poços, conforme estabelecido na legislação.

Gera grande insegurança orçamentária ao Entes Beneficiados pela arrecadação das participações governamentais tendo em vista da imprevisibilidade na arrecadação.

Re

Capítulo IV – especifica o que pode ser deduzido e indica, em seu § 1º, que os gastos oriundos das atividade de exploração e perfuração do poços podem.

(...) acumulados e integralmente amortizados na apuração da receita líquida da produção (RLP), a partir da data de início da produção, em qualquer período-base, a critério do concessionário.





ANOS DE 2014 A 2016

ECONOMIA

Receita de royalties do petróleo cai 29% e deve ser a menor desde 2009

Arrecadação cai pelo 2º ano seguido e afeta União, estados e municípios. Após redução de R\$ 8,7 bi em 2015, perdas no ano passam de R\$ 5,8 bi.

18/11/2016 06h49 - Atualizado em 18/11/2016 16h02

Darlan Alvarenga
Do G1, em São Paulo

A arrecadação de royalties e participações especiais sobre a produção de petróleo acumula queda de 29% no Brasil neste ano, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Trata-se do segundo ano seguido de queda (em 2015, o recuo foi de 25%), o que afeta diretamente a caixa da União, estados e municípios, contribuindo para o agravamento da crise fiscal e financeira dos governos.

Crise do petróleo agravou situação do Rio; governo busca

Publicado em 02/07/2016 - 08:27 Por Cristina Inada do Brasil - Repórter da Agência B

A queda do preço do petróleo, e consequentemente a redução dos royalties, agravou a crise do Rio de Janeiro. Para especialistas ouvidos pela Agência Brasil, o estado criou dependência do dinheiro dos royalties devendo de investir em outros setores da economia, e utilizou mal os recursos que abasteceram por anos os cofres estaduais, agora, sem dinheiro para arcar com compromissos, o governo do Estado buscou fontes de receita e conta com o socorro da União.

Para o professor de Planejamento Energético do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Rio de Janeiro, além de depender da receita dos royalties, também depende da receita da União.

Queda no ICMS e estagnação nos royalties fizeram dos municípios do Rio de Janeiro os mais prejudicados em 2014

18/04/16

Leia o Anuário MULTI CIDADES
Finanças dos municípios do Brasil - Ano 11 | 2016

s municípios do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais foram os mais prejudicados em 2014 devido, principalmente, à queda no ICMS e à estagnação nos valores dos royalties de petróleo.

Os municípios do Rio de Janeiro foram os que registraram o menor crescimento em 2014, com 1,2%, enquanto que a média no país foi de 4,3%. O pior desempenho com crescimento de 2,3%, seguido dos municípios de São Paulo e Minas Gerais, que cresceram 2,3% e 2,3%, respectivamente, na 11ª edição do Anuário Multi Cidades.

11ª edição do Anuário Multi Cidades



ANOS DE 2014 A 2016

Crise do petróleo agravou situação do Rio

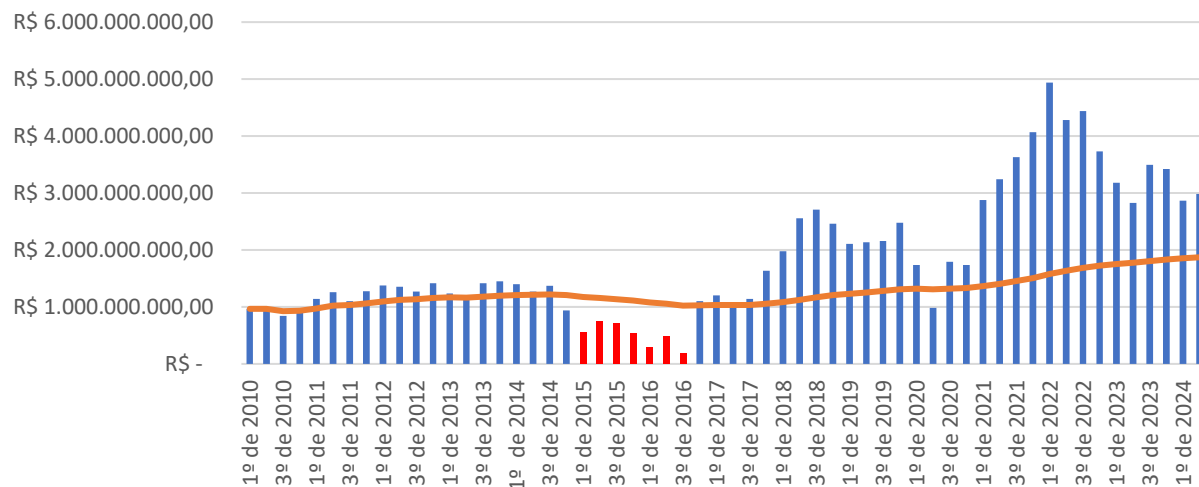
Receita de royalties do petróleo cai 29% e deve ser a menor desde 2009
Arrecadação cai pelo 2º ano seguido e afeta União, estados e municípios.
Após redução de R\$ 8,7 bi em 2015, perdas no ano passam de R\$ 5,8 bi.

Queda no ICMS e estagnação nos royalties fizeram dos municípios do Rio de Janeiro os mais prejudicados em 2014

Rio decreta estado de calamidade pública devido à crise financeira

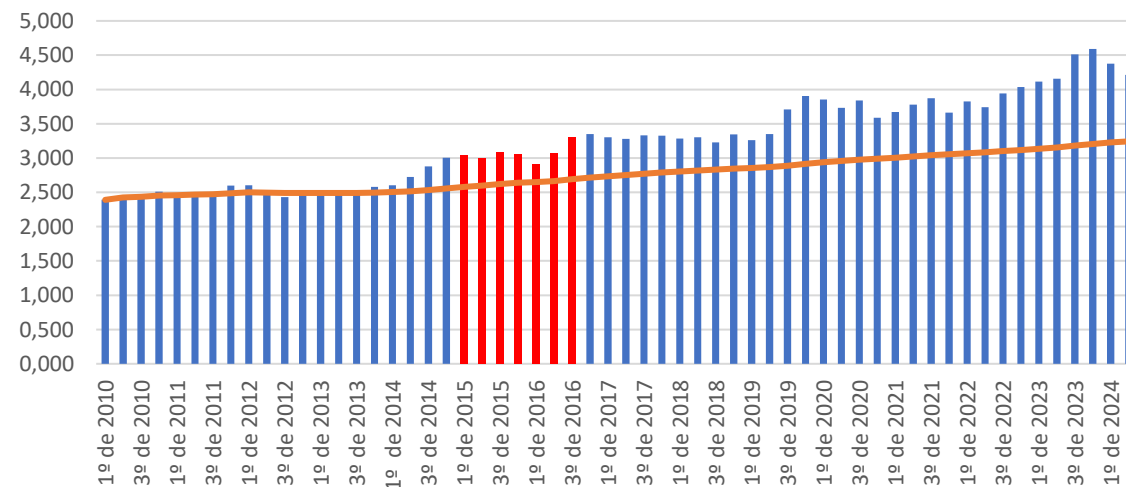
PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS NO PERÍODO

Arrecadação de PE



- Alta na produção.
- Menor volume de PE pagas aos entes beneficiados desde 2010, em razão de
 - Valor baixo do dólar;
 - Deduções ampliadas.

Produção Total



PROPOSTA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- **Inclusão de um Plano Anual de Dedução de Participações Especiais, a ser desenvolvido e entregue pelo concessionário, e que conterá previsão do quantitativo de deduções, por trimestre, que se pretende realizar no valor devido a título de participação especial.**
- **O Plano deve ser elaborado para o ano subsequente e poderá ser revisto na metade do exercício para o qual foi desenvolvido.**
- **O Plano servirá apenas para auxílio no planejamento orçamentário dos entes beneficiários e não condicionará ou limitará a dedução.**

É uma especificação dos dispositivos legais posto em contrato e não viola qualquer dispositivo legal ou infralegal





PGE·RJ

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO



OBRIGADO

Gustavo do Amaral Martins
Procurador-Chefe da Procuradoria de Petróleo,
Gás Natural e Outros Recursos Naturais – PG-18

Rio de Janeiro, 03 de setembro de 2024